

Miguel Real (2017). *Traços fundamentais da cultura portuguesa*.

Editorial Planeta. Lisboa. 248 pp.

MANUEL SÉRGIO



Tenho a honra de ser amigo, e portanto de beneficiar do convívio, de dois dos mais penetrantes filósofos da cultura, em língua portuguesa, que me é dado conhecer: Miguel Real e José Eduardo Franco. Hoje, quedo-me diante do livro de Miguel Real, *Traços fundamentais da cultura portuguesa*. Não é frequente, entre nós, uma fidelidade racionalista e agnóstica, ao jeito dos iluministas franceses, coabitar com uma procura (racionalista ainda) da «essência identitária de Portugal», já que o individual e o coletivo, o abstrato e o concreto emergem sempre de um todo, de um país, de um povo e exprimem-se numa determinada língua. E, assim, na cultura portuguesa, são diversas as facetas que lhe dão uma amplitude que está bem longe de poder reduzi-la à inteligência ou à fé, ao sentimento ou à razão, à religião ou à filosofia. Relembro, neste passo, o ensaio magistral (parece-me a palavra certa, para classificá-lo) de Miguel Real, *Eduardo Lourenço e a cultura portuguesa* (2008). Li este livro, com

grande proveito e imenso deleite e nele colhi o seguinte:

[...] segundo Eduardo Lourenço, para que a cultura portuguesa conte no palco europeu tornava-se necessário ultrapassar o folclorismo e o exotismo dos nossos costumes e elevar os nossos olhos culturais a um nível universal, entendível por todos os povos. Para tal, uma absoluta condição é necessária – o diálogo com a Europa, esse diálogo que a nós e à Espanha vem faltando desde a instauração da Inquisição, na primeira metade do século xvi. (Real, 2008: 23)

Até que:

a elevação do nível de vida das populações ao longo do século xx, a instauração de uma democracia europeia em 1974 e a participação de Portugal na Comunidade Europeia, a partir de 1980-1986 provaram que o que aparentemente se evidenciava como uma diferença de natureza cultural entre Portugal e a Europa Central constituía, afinal, uma mera diferença de grau evolutivo. (Real, 2017: 48)

Do que venho de citar se infere que

se pela integração europeia Portugal cumpre o seu sonho político e cultural de 300 anos, desde o Marquês de Pombal, e se pela integração lusófona presta continuidade à sua história imperial, não agora como potência dominadora, apenas como par entre pares, é pela última vertente cultural, a da globalização informática, a da ciberdemocracia, a do aprofundamento e transparência das relações entre os

cidadãos e entre estes e as instituições sociais, mormente o Estado, por via da comunicação eletrónica, que Portugal coabita verdadeiramente com a substância viva e cultural do presente, preparando o futuro de um modo mais aberto e tolerante. Se estas três vertentes se cumprirem em perfeição ao longo da primeira metade deste século, Portugal deixará de ser um país suspenso no tempo. (Real, 2017: 57)

A propósito de «país suspenso no tempo», Miguel Real adianta num texto seminal que «Um país suspenso no tempo é um país que não se realiza, habitando uma excitação mental vazia de estímulos de orgulho, para a qual um pequeno feito (a vitória num campeonato internacional de futebol, por exemplo) sabe a triunfo imorredoiro». O que se passou, com os mundiais de hóquei em patins, nas décadas de 40 e 50, em Portugal, ilustra bem o que Miguel Real pretende dizer de um país norteador por catecismos inoperantes, porque dogmáticos, e portanto incapazes da criação de liberdade e democracia, de um diálogo estimulante e re-
tificante – e até daquelas «contradições» que permitem, como *conditio sine qua non*, o desenvolvimento. Voltemos a Miguel Real: são três os absolutos culturais que «suspendem Portugal no tempo, furtando-o à contingência da história»: proselitismo ortodoxo, à luz das valências teológicas do Concílio de Trento e dos imperativos da Inquisição; sebastianismo que afinal «consiste na criação, consolidação e cristalização mental de uma alucinação fantasmática primordial», como Miguel Real o define

noutra obra sua, também emblemática, *Nova teoria do sebastianismo*; e quinto-imperialismo do Padre António Vieira, de Fernando Pessoa e de Agostinho da Silva.

Pede-se, hoje, à Filosofia, para que não pareça um sistema fechado e terminal, que prossiga no caminho da desconstrução, iniciado por Marx, Nietzsche e Freud. Os nossos absolutos culturais, verdadeira autobiografia da alma nacional, criam e sustentam as nossas quatro constantes culturais, que «não vivem umas sem as outras e complexificam-se na mente, na acção e no comportamento dos portugueses, sendo de grande dificuldade destrinçá-las e isolá-las, caracterizando cada uma por si» (Real, 2017: 102). São estas, no entender de Miguel Real (um autor de grande rigor hermenêutico), as quatro constantes culturais: a origem exemplar, corporizada por Viriato, um herói sem mácula, líder de um «povo singelo e singular que, não obstante a sua fragilidade militar, se torna vencedor das legiões do Império Romano»; a convicção de que, não obstante a nossa real e reconhecida insignificância, fomos uma «nação superior», ao alargarmos a fé e o império e... podemos ser grandes de novo, se corporizarmos o «complexo vieirino, que nos determina a desejarmos mais do que nos pedem as forças e nos exigem as circunstâncias, pulsão social que orientou as caravelas portuguesas e enobrece liricamente o nosso estado de país fora da história real, suspenso no tempo»; a convicção de que somos também uma «nação inferior», tendo deixado fundas sequelas que o Marquês de Pombal

tentou erradicar («desde a revolução liberal de 1820, todos os ímpetus modernistas portugueses têm nascido deste complexo cultural que eleva a Europa a destino e sentido de Portugal»); e, por fim, desde 1580 (data da perda da independência) até 1980 (data do acordo de pré-adesão à Comunidade Económica Europeia, passando simbolicamente pelo ano de 1890, data do Ultimatum britânico a Portugal) — desde 1580, irrompe um verdadeiro «canibalismo cultural», 400 anos em que os portugueses, esquecendo o que de exaltante pode haver nas ideias alheias, descambaram em acerbas denúncias a qualquer nova doutrina emergente. Como no piosismo e na estultícia salazaristas, para existir basta ter história.

E aconteceu mesmo a desconstrução, propugnada por Marx, Nietzsche e Freud, os «mestres da suspeita», e os seus inúmeros discípulos — Althusser, Foucault, Lacan, Derrida, Deleuze, etc. —, através de quatro visões políticas fundamentais: o mito europeu do progresso infinito; o mito do Portugal Imperial e da Lusofonia; o mito da estabilização das instituições permanentes da sociedade portuguesa; o mito da identidade histórica de Portugal. E o sonho da modernização europeia de Portugal, mais civilizacional que cultural, mais técnica (ao jeito de Nietzsche, o «pensador da técnica» segundo Heidegger) do que humanista, revela-se muito distante das utopias iniciais. A Lusofonia, «como substituto do antigo mito heróico e glorioso dos Descobrimentos»; as Forças Armadas profissionalizadas, abandonando a vinculação

obrigatória dos jovens e aceitando o concurso das mulheres nos seus quadros permanentes; a Família, sujeita «a uma profunda subversão, perdendo o seu modelo masculino e patriarcal unicitarista, de autoridade vertical, abrindo-se a novas modalidades horizontais de composição» — manifestam isso mesmo. E Miguel Real acrescenta, para não nos deixarmos ficar no vago e no equívoco do «prima facie»:

Vivemos hoje no momento (dramático) da passagem de uma língua imperial, de codificação coimbrã, uma família tradicional e umas forças armadas populares [...] para uma língua lusófona que, como Eduardo Lourenço não se cansa de sublinhar, não é já só nossa, uma concepção plural da família e umas forças armadas profissionais e internacionais. (Real, 2017: 116)

A desconstrução fez-se e o sonho pombalino, iluminista, cumpriu-se, na escolarização maciça, na consolidação demográfica em cidades litorâneas, em serviços de eletricidade, água e esgotos, na imensa rede de autoestradas e estradas nacionais, na atribuição do 13.º e 14.º meses, como subsídios de férias e de Natal, num serviço nacional de saúde — enfim, com as condições necessárias e suficientes ao surgimento de uma sólida e ridente classe média.

«Tudo parecia estar bem, na economia, no Estado, na escola, na família... mas não estava» (Real, 2017: 117). Portugal sabe, hoje, donde vem: da modernidade racional, isto é, do iluminismo, do positivismo, do cientismo, mas não sabe nem descortina qual seja o seu futuro.

Como a Europa, Portugal atravessa um «intervalo civilizacional» (Real, 2016: 117). E Miguel Real, mais adiante, com o máximo de lucidez e de consciência, escreve:

o intervalo civilizacional que Portugal está a viver, neste princípio do século XXI, parece possuir três vertentes culturais do cruzamento das quais se tecerá o seu futuro: o aprofundamento da integração europeia a todos os níveis; o aprofundamento da integração lusófona a todos os níveis; o aprofundamento da integração na globalização informática. (Real, 2017: 130)

Tudo isto temperado afoitamente, pelo complexo vieirino, num júbilo desbordante de si; pelo complexo pombalino, ou seja, num fundo sentimento de capacidade e impotência; pelo complexo viriatino, num desejo imparável de exemplaridade ética; pelo canibalismo cultural português, bem expresso na onda de denegrimiento, inveja e humilhação do outro. E Miguel Real termina, assim, este livro admirável e único, que aborda problemas básicos à compreensão, como José Eduardo Franco, o sapiente prefaciador, o refere, do sentido do presente e do passado de Portugal:

Continuará Portugal um país culturalmente suspenso no tempo? Bastará a arquitectura de um Siza Vieira, o novo chip de uma Elvira Fortunato, um centro comercial, um CR7, para fazer um país novo? Ou existirão apenas para contentamento de uma elite política que assim se presume europeia? (Real, 2017: 26)

No meu modesto entender, vivemos uma hora crepuscular, bem apetrechados de meios, mas estranhos à teorização e criação dos fins. Depois da morte de Deus e do Homem – onde estamos? Como o Judeu Errante, de novo condenados à Diáspora? O silêncio de Miguel Real (e é preciso saber ouvir o não-dito) convida-nos a mais uma aventura do pensamento.

O filósofo Miguel Real não dispensa nunca, nos seus escritos, a filosofia e com esta nota fundamental – tudo é história. Repito-me: tudo é história, dialeticamente, ou seja, nada permanece como foi. Desde as sociedades humanas até aos fenómenos naturais. Resta-nos mais uma desconstrução, rumo à transcendência, pois que há em nós um *excesso de ser* que nos segreda: «em todas as circunstâncias, és uma tarefa a realizar. Em todas as circunstâncias, podes ser sujeito e não objeto da história». Por isso, parece-me oportuno (oportuniíssimo) chamar à responsabilidade intelectuais e políticos, para que imitem gerações sucessivas de antepassados nossos, como a geração do liberalismo (ocorre-me, imediatamente, Garrett), ou a de 1870 (com os «vencidos da vida») ou ainda a de 1890 (onde pontificaram Jaime Cortesão, Raul Proença, António Sérgio, Vieira de Almeida, Basílio Teles, Sampaio Bruno). É evidente que, durante o século xx se encontram também figuras notáveis de pensadores, desde Joaquim de

Carvalho, Vasco de Magalhães-Vilhena, Leonardo Coimbra, Álvaro Ribeiro e José Marinho, até Fernando Gil, Eduardo Lourenço, Manuel Antunes, Miguel Real e José Barata-Moura, passando por Delfim Santos, Agostinho da Silva, José Enes e Afonso Botelho. Enfim, todos eles pessoas de inapagável empenho interventor, de veemente atenção ao concreto. Outro tanto se exige das «consciências vigilantes» do nosso tempo: que transcendam, em boa parte, o legado recebido e, com a lógica possível e até com saudável irreverência, se empenhem na criação de um novo humanismo, que se entenda como o radical fundante de um mundo melhor: mais fraterno, mais justo e sem deixar nunca de pleitear, na vida pública, em favor da secularização da mensagem cristã. Num mundo que não cuida de saber o que uma pessoa é, mas o que *tem*, o livro de Miguel Real, *Traços fundamentais da cultura portuguesa* (como afinal todos os seus livros), desperta em nós uma *aptidão* ao «mais humano», que, ao longo da sua leitura, se vai transformando em *vocação*. «Obrigado, Miguel Real!» Digo eu, seu discípulo grato. E digo mais: «O meu Amigo, se vale pelo muito que escreveu, não vale menos pelo que significa».

Bibliografia

- Real, M. (2008). *Eduardo Lourenço e a cultura portuguesa*. Quidnovi. Porto;
- Real, M. (2017). *Traços fundamentais da cultura portuguesa*. Editorial Planeta. Lisboa.